Emprego Industrial no Brasil – Situação Atual e Perspectivas para o Futuro

João Saboia[1]

1. Introdução

Nos últimos anos, a questão do desemprego tornou-se um dos pontos centrais da discussão sócio-econômica no Brasil. Dentre os diversos segmentos da economia, a indústria foi o setor mais atingido pelo desemprego e pela redução do nível de emprego.

O principal objetivo deste artigo é realizar uma discussão sobre o emprego industrial, especialmente no caso da indústria de transformação e extrativa mineral. Defende-se o ponto de vista que, apesar das dificuldades enfrentadas atualmente, a evolução do emprego no futuro próximo vai depender do tipo de indústria que prevalecerá no país daqui para a frente e, obviamente, do ritmo de crescimento da economia[2].

Inicialmente, procura-se caracterizar a situação do emprego na indústria ao longo da década de noventa, utilizando-se as mais diversas fontes de dados disponíveis. O quadro traçado deixa clara a redução experimentada pelo emprego industrial no período recente.

Em seguida, é feita uma breve análise sobre as associações entre o processo de abertura da economia, seus efeitos sobre a modernização da indústria e

---

[1] João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O autor agradece as sugestões feitas por Cláudio Salm e por um parecerista anônimo e o processamento dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) realizado por Daniel Halac.

[2] Para alguns, a relação entre crescimento econômico e emprego industrial pode não parecer tão óbvia, na medida em que se acredite na possibilidade de crescimento sem emprego. (*jobless growth*)

as mudanças ocorridas no emprego. A discussão é ilustrada classificando-se os empregos em seis grupos, segundo a ocupação, escolaridade e rendimento dos trabalhadores, e mostrando sua evolução na década.

A seção 4 desenvolve duas alternativas possíveis que se abrem ao país em termos de desenvolvimento industrial e suas conseqüências sobre as perspectivas do emprego no futuro próximo.

Finalmente, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2. Evolução do Emprego Industrial na Década de Noventa

Existem várias fontes de dados que permitem o acompanhamento da evolução do emprego industrial ao longo dos anos noventa. Foram escolhidas três fontes cujos dados são complementares. A primeira apresenta dados mensais, cobrindo os setores formal e informal em seis regiões metropolitanas representativas do mercado de trabalho urbano. As duas outras dão conta do setor formal em todas as regiões do país. Enquanto a segunda fornece dados anuais, a terceira produz dados mensais. São elas: a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE); a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE); e o Cadastro Geral de Admitidos e Desligados (CAGED/MTE).

2.1 Análise dos Dados da PME

Segundo a PME, houve nítida tendência de queda do emprego industrial na década de noventa. Enquanto, em 1991, foram levantados 4644 mil empregos nas seis regiões metropolitanas (RMs) pesquisadas; em 1999, haviam sido reduzidos para 3949 mil, representando uma queda de 15%[3].

[3] A PME cobre as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, representando, no início de 2000, uma população economicamente ativa (PEA) de

Apenas a indústria da construção civil conseguiu evitar a redução do emprego na década, com crescimento de 4%. Nos demais segmentos, a redução do emprego foi substancial – 30% na extrativa mineral; 21% na indústria de transformação; e 20% nos serviços industriais de utilidade pública.

Em 1999, a indústria de transformação representava 67% do emprego industrial; a construção civil, 29%; os serviços industriais de utilidade pública, 4%; enquanto a participação da indústria extrativa mineral não passava de 0,6%. Neste mesmo ano, o conjunto da indústria representava 24% da população ocupada nas 6 RMs cobertas pela PME.

Há uma grande diferenciação na qualidade dos empregos nos diferentes setores industriais, o que pode ser ilustrado através dos níveis médios de remuneração dos trabalhadores na indústria. Estes são mais elevados na extrativa mineral (R$ 881) e serviços industriais de utilidade pública (R$ 784) e bem menores na construção civil (R$ 375). A indústria de transformação possui um nível intermediário (R$ 591)[4]. A evolução dos rendimentos da indústria seguiu a tendência geral dos demais setores, com redução no início da década, crescimento a partir de 1993, atingindo o máximo em 1996/97, e caindo em seguida. Segundo a PME, em 1999, as remunerações médias retornaram aos níveis observados em 1991.

2.2 Análise dos Dados da RAIS

A RAIS permite apresentar um quadro completo do emprego formal no país, confirmando as dificuldades enfrentadas pela indústria[5]. Enquanto em 1989,

---

cerca de 18 milhões de pessoas, ou seja, 23% da PEA brasileira. Como os dados da PME são mensais, os resultados aqui apresentadas são médias mensais para o respectivo ano.

[4] Os valores do rendimento estão informados em reais de dezembro de 1995.

[5] A RAIS é informada uma vez por ano pelas empresas regularmente registradas no país com os dados de todos os empregados que possuíram vínculo empregatício ao longo do ano, representando uma boa aproximação para o chamado mercado formal de trabalho.

a RAIS havia levantado 6285 mil empregos na indústria de transformação e extrativa mineral, em 1997, o nível de emprego havia sido reduzido a 4813 mil, representando uma queda de 23%[6].

São Paulo, o principal pólo industrial do país, experimentou uma queda de 34% do emprego no período. Em outras palavras, de cada três empregos existentes no início da década, um havia sido destruído até 1997. Outros importantes pólos também foram bastante atingidos com a queda do emprego industrial – por exemplo, Rio de Janeiro (43%) e Rio Grande do Sul (20%). Até mesmo alguns estados nordestinos com expressão industrial, como Pernambuco e Bahia, apresentaram fortes quedas no emprego industrial (38% e 22%, respectivamente).

É verdade que houve exceções. A guerra fiscal e a busca por mão-de-obra mais barata beneficiou a região Centro-Oeste e alguns estados das regiões menos desenvolvidas do país, como o Ceará. Na primeira, houve crescimento de 47% no emprego industrial, enquanto que no segundo, o aumento foi de 9% até 1997. De qualquer forma, o número de empregos criados nas regiões mais atrasadas foi ínfimo, comparativamente à perda verificada no restante do país.

Em termos de remuneração, os resultados foram desanimadores. A redução do emprego industrial foi acompanhada de uma quase estagnação do nível salarial. Considerando-se, por exemplo, as 155 principais aglomerações industriais do país, o rendimento médio passou de 4,7 salários mínimos (SM) para 5,8 SM, entre 1989 e 1997. Tendo em vista a queda do valor do

[6] Os dados relativos à evolução do emprego segundo a RAIS devem ser tomados com certa cautela tendo em vista a melhoria de cobertura da RAIS ao longo da década de 90. Para maiores detalhes ver Árias (1998) e MTE (1999). Como a cobertura da RAIS têm melhorado, a queda real do emprego industrial formal deve ter sido ainda maior que os 23% mencionados acima.

salário mínimo no período, o crescimento do salário real não passou de 13%[7].

2.3 Análise dos Dados do CAGED

Após o crescimento econômico do triênio 1993/95 e a desaceleração observada em 1996/97, a economia brasileira viveu um novo período de estagnação em 1998/99. As conseqüências sobre o mercado formal de trabalho foram imediatas. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desligados (CAGED), houve redução de 778 mil empregos formais no país no biênio 1998/99[8].

Apesar de sua participação minoritária no mercado de trabalho, a indústria foi responsável por 65% da queda do emprego no período. Houve redução de 286 mil empregos na indústria de transformação, 177 mil na construção civil, 40 mil nos serviços industriais de utilidade pública e 5 mil na extrativa mineral[9].

3. Abertura da Economia, Modernização e Emprego

O processo de abertura da economia brasileira, ocorrido nos anos noventa, expôs a indústria brasileira a um maior nível de competição internacional. A redução de alíquotas para os produtos importados, a desregulamentação da economia e a valorização cambial embutida no Plano Real trouxeram dificuldades crescentes para uma indústria originalmente protegida por uma série de barreiras.

---

[7] Deflacionando-se pelo INPC, a queda do salário mínimo no período é de 8,5%. Ver Saboia (1999b).

[8] O CAGED tem características semelhantes à RAIS, cobrindo as admissões e desligamentos mensais ocorridos no mercado formal de trabalho.

[9] Refletindo o crescimento econômico recente, até o momento da preparação deste texto, havia tendência de aumento do emprego industrial no ano 2000.

Várias pesquisas ilustram o processo de modernização experimentado pela indústria ao longo da década. Qualidade total, planejamento estratégico, planejamento das necessidades materiais e polivalência, entre outras expressões, passaram a fazer parte do dia a dia das empresas[10].

Embora os investimentos físicos da indústria ainda permanecessem relativamente baixos quando comparados à experiência histórica do país, houve forte crescimento da produtividade ao longo da década de noventa. Se por um lado não há consenso entre os especialistas sobre a taxa de crescimento da produtividade durante o período, todos concordam que houve um aumento expressivo[11].

Há evidências de que o processo de modernização organizacional ocorrido na indústria brasileira durante os anos noventa teria sido parcialmente responsável pelo crescimento da produtividade e, consequentemente, pela redução do número de empregados na empresa[12].

Dentro deste quadro, o pouco crescimento econômico da década representou uma dificuldade adicional para a questão do emprego industrial. O setor terciário, tradicional colchão do emprego em períodos recessivos, mostrou-se cada vez mais incapacitado para absorver os novos contingentes colocados no mercado de trabalho a cada ano, fossem eles jovens, procurando seu primeiro emprego, ou trabalhadores desempregados.

A estagnação da economia iniciada em 1998, fez com que a taxa de desemprego aumentasse consideravelmente. Segundo o IBGE, em São Paulo,

---

[10] Ver, por exemplo, BNDES/CNI/SEBRAE (1996) e BNB/SEBRAE (1997).

[11] Ver, por exemplo, Feijó e Carvalho (1994) e Bonelli (1999). As taxas de crescimento anual da produtividade na indústria de transformação durante a década de noventa variam entre 4% e 8%, dependendo da fonte de dados utilizada.

[12] Ver Salm et al. (1997) e Saboia (1999a).

passou de 6,6%, em 1997, para 8,6%. Segundo o DIEESE, de 15,7% para 18,2%[13]. Em 1999 e 2000, as taxas de desemprego mantiveram-se elevadas, apesar da reativação da economia neste último ano[14].

Outro resultado ilustrativo da precarização do emprego ao longo da década foi a redução da participação do emprego formal, e o aumento do informal e do trabalho por conta própria[15]. Embora a indústria seja usualmente bem mais formalizada que os setores primários e terciários, ela também foi atingida pela redução relativa do emprego formal.

Os dados aqui apresentados levantam sérias suspeitas sobre a qualidade dos empregos gerados pela indústria. Neologismos como a expressão "empregabilidade" sugerem que o trabalhador brasileiro deve se preparar para o novo paradigma produtivo, aumentando seu nível de qualificação e escolaridade. Assim, ele conseguiria bons empregos com maiores níveis de remuneração.

A realidade da indústria brasileira ao longo da década de noventa, entretanto, não corrobora tais afirmações. Conforme veremos a seguir, houve efetivamente um crescimento do nível de escolaridade e de remuneração dos trabalhadores industriais. A modernização e o crescimento de produtividade, entretanto, não garantiram a manutenção dos melhores empregos ou o surgimento de novos empregos exigindo alta escolaridade e pagando salários elevados. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que houve redução do número de empregos industriais, os que foram mantidos são majoritariamente de baixa qualidade, localizados na base da pirâmide de remuneração e escolaridade. Apenas uma pequena parcela pode ser

---

[13] O IBGE considera apenas o desemprego aberto, enquanto o DIEESE considera também o desemprego pelo desalento e por precariedade.

[14] Até meados de 2000, a reativação da economia ainda não havia produzido uma redução na taxa de desemprego, que continuava no mesmo patamar de 1999, segundo o IBGE, e ligeiramente menor, segundo o DIEESE.

[15] De acordo com a tradição dos estudos realizados no Brasil, considera-se emprego formal aquele com carteira assinada.

considerada como bons empregos e esta parcela parece estar reduzindo sua importância.

3.1 Uma Tipologia para a Análise dos Empregos Industriais

A RAIS permite a análise do emprego formal na indústria de transformação e extrativa mineral a partir do nível de renda, escolaridade e ocupação dos trabalhadores[16]. Em 1997, o rendimento médio atingia 5,5 SM, enquanto a escolaridade média chegava a 7,1 anos. Efetivamente, houve aumento da escolaridade dos trabalhadores industriais ao longo da década, na medida em que esta não passava de 6,1 anos, em 1989. A remuneração média, por sua vez, era de 4,2 SM, em 1989. Portanto, houve um aumento tanto do nível de escolaridade quanto do salário real no período[17].

Ao se agruparem os empregos industriais segundo a ocupação dos trabalhadores e seus níveis de escolaridade e de remuneração, 6 grupos de trabalhadores industriais com características bem diferenciadas[18] podem ser considerados. As tabelas de 1 a 6 apresentam os dados desagregados para o período 1989/97. Os grupos podem ser assim descritos:

a) Escolaridade alta e remuneração muito alta

---

[16] A RAIS permite ainda a análise dos empregos na indústria de construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública. No primeiro caso, os empregos são reconhecidamente de baixa qualidade. No segundo, representam uma parcela relativamente pequena do emprego industrial. Assim, a análise concentra-se apenas na indústria de transformação e extrativa mineral.

[17] Os aumentos foram de 16% e 20%, respectivamente.

[18] Os grupos estão divididos em duas faixas de escolaridade e quatro faixas de remuneração, de acordo com seu posicionamento em relação ao valores médios das duas variáveis. Para a escolaridade, consideram-se as ocupações acima ou abaixo da média. Para a remuneração, consideram-se as ocupações acima do dobro da média, entre a média e o dobro, entre a média e a metade e abaixo da metade da renda média. Não foram encontradas ocupações com alta escolaridade (acima da média) e remuneração muito baixa (abaixo de metade da média) e com baixa escolaridade (abaixo da média) e remuneração muito alta (acima do dobro da média).

Tais trabalhadores possuíam, em 1997, escolaridade média de 11,1 anos e renda média de 14,2 SM. Representam níveis de direção (diretores, gerentes e chefes), técnicos (engenheiros, físicos, químicos, economistas, desenhistas etc.), profissionais da área de vendas (agentes técnicos e representantes comerciais), além de um grupo significativo de trabalhadores muito qualificados (agentes de mestria). Eles cobrem uma parcela relativamente pequena do emprego industrial, tendo sua participação sido reduzida de 10,8% para 10,0%, entre 1989 e 1997. (tabela 1)

b) Escolaridade alta e remuneração alta

Em 1997, este grupo de trabalhadores possuía escolaridade média de 8,4 anos e renda média de 6,9 SM. São representados por trabalhadores qualificados da produção, geralmente pertencentes aos segmentos mais modernos da indústria (trabalhadores de usinagem de metais, ajustadores, montadores, instaladores, eletricistas, eletrônicos, etc.). Há ainda os trabalhadores da área administrativa (contabilidade, secretárias etc.) e de compra e venda (supervisores de compras e vendas e compradores). Este conjunto é bastante numeroso, mantendo sua participação em 26,8% do total do emprego no período. (tabela 2)

c) Escolaridade alta e rendimento baixo

Estes trabalhadores representam um grupo pequeno, da ordem de 2% do emprego industrial, possuindo escolaridade média de 8,4 anos e rendimento médio de apenas 3,9 SM, em 1997. É constituído por alguns trabalhadores da produção (joalheiros e ourives), de apoio (telefonistas e mensageiros) e um significativo contingente de pessoal de vendas. Tais trabalhadores apresentaram tendência de aumento da participação no emprego industrial na década. (tabela 3)

d) Escolaridade baixa e rendimento alto

Este grupo é constituído por um contingente relativamente pequeno de trabalhadores qualificados (pintores, encanadores, soldadores, chapeadores e operadores de máquinas e equipamentos), apresentando uma escolaridade média de 6,3 anos e remuneração média de 6,1 SM, em 1997. Contrariando o que deveria ser a tendência, segundo a literatura sobre reestruturação industrial, este foi o único grupo de trabalhadores que aumentou em valor absoluto no período. Ele representa, entretanto, apenas cerca de 4% dos trabalhadores da indústria de transformação e extrativa mineral. (tabela 4)

e) Escolaridade baixa e rendimento baixo

Este é o grupo mais numeroso de trabalhadores industriais, correspondendo a cerca de 40% do total e apresentando tendência de redução de sua participação no emprego no período. Em 1997, seu nível médio de escolaridade era de 5,9 anos enquanto o rendimento médio não passava de 3,8 SM. É constituído, em grande parte, por trabalhadores da produção em setores tradicionais (alimentos, bebidas, madeira, papel e papelão, minerais não metálicos, têxtil, extração mineral etc.), além de trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos, e da área de apoio (motoristas, garçons, cozinheiros, segurança etc.). (tabela 5)

f) Escolaridade baixa e rendimento muito baixo

O último grupo de trabalhadores possuía, em 1997, um nível médio de escolaridade de 5,6 anos e uma remuneração média de apenas 2,4 SM. Estes trabalhadores tiveram sua participação aumentada, tendo passado de 15,5% para 17,0% do emprego total no período. São encontrados em alguns setores tradicionais da indústria de transformação (vestuário, calçados e mobiliário),

havendo ainda uma parcela considerável de trabalhadores agrícolas da agroindústria e de apoio (limpeza etc.). (tabela 6)

A tabela 7 resume os resultados encontrados. Verifica-se que todos os grupos tiveram seu nível de escolaridade aumentado no período, tendo o crescimento do número médio de anos de estudo variado entre 8,1% (*grupo a*) e 22,1% (*grupo d*). Conforme o esperado, o crescimento foi relativamente maior para os trabalhadores menos escolarizados (*grupos d, e, f*).

Em termos de remuneração, houve também aumento para todos os grupos. A taxa de crescimento, entretanto, variou bastante. A maior variação nominal (35,4%) beneficiou os trabalhadores de alta escolaridade e alta remuneração (*grupo b*). A menor (20,8%), ocorreu para os trabalhadores que ocupam os melhores empregos (*grupo a*)[19]. Se por um lado, houve aumento real dos salários, por outro, as taxas de crescimento foram bem inferiores ao incremento da produtividade[20].

Conforme pode ser verificado, a situação atual do emprego na indústria de transformação e extrativa mineral é bem pior do que o quadro cor-de-rosa traçado por aqueles que afirmam que os novos empregos industriais demandam maior nível de qualificação e substituem empregos mal remunerados e de baixa qualificação. O que se verifica é a redução do nível geral de emprego industrial sem que haja tendência de aumento da participação dos bons empregos. Por sinal, os melhores empregos, incluídos no *grupo a* de alta escolaridade e remuneração muito alta, além de representarem uma pequena parcela do emprego, foi o que sofreu a maior queda em valores absolutos no período (26,1%).

---

[19] Em termos reais, os aumentos salariais no período foram de 23,9% e 10,5%, respectivamente.

[20] As estimativas para o aumento da produtividade no período, usando diferentes fontes de dados, variam bastante. Segundo Bonelli (1999, op. cit.), entre 34,5% e 78,9%.

Se é verdade que o nível médio de escolaridade aumentou de forma generalizada, tal fenômeno parece ter ocorrido muito mais pelo lado da oferta do que pela demanda, sendo encontrado em todo o país e não apenas entre os trabalhadores da indústria. Em outras palavras, a população brasileira vem aumentando seu nível de escolaridade, independentemente de participar ou não do mercado de trabalho[21]. Por outro lado, embora o nível médio de remuneração na indústria tenha crescido até 1997, além de não acompanhar o crescimento da produtividade, vem caindo desde então[22].

Em resumo, o que chama a atenção é a relativa estabilidade da estrutura ocupacional da indústria ao longo da década de noventa. Se houve mudanças, foi para pior, ou seja, diminuição absoluta e relativa dos melhores empregos e crescimento da participação dos piores.

4. Perspectivas

A experiência do ano 2000 tem trazido alguns ensinamentos para a questão do emprego industrial no país. Após dois anos de estagnação, as perspectivas atuais são a volta do crescimento da economia nos próximos anos.

Uma das primeiras mudanças ocorridas neste ano foi o aumento da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano, conforme pode ser constatado pelos dados da PME. Em outras palavras, a taxa de participação (atividade) da população aumentou[23]. Esta foi a principal razão para que a

---

[21] Este fato pode ser comprovado, por exemplo, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) ao longo dos anos noventa.

[22] Os dados da RAIS aqui estudados vão até 1997, último ano em que os efeitos do Plano Real sobre os salários ainda eram positivos. As fontes de dados mais recentes (PME, PNAD etc) têm mostrado nítida queda dos rendimentos do trabalho a partir de 1998.

[23] Os dados do mercado de trabalho urbano no país nos mais diversos períodos confirmam que a taxa de participação aumenta quando a economia cresce e diminui em períodos de recessão. Isto pode ser interpretado pela entrada e saída de vários membros das famílias (cônjuges, filhos etc), segundo a conjuntura econômica.

taxa de desemprego, em vez de cair, permanecesse no mesmo patamar de 1998/99, apesar da reativação da economia.

No que concerne à indústria, após anos de queda do emprego, pela primeira vez o nível de ocupação nos vários segmentos industriais começa a dar sinais de recuperação. Ainda com base nos dados da PME, tem havido crescimento no nível de ocupação na indústria de transformação, extrativa mineral, na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública ao longo de 2000.

Assim, mais uma vez, fica constatada a relação direta entre nível de produção e de emprego na indústria. Tal fato é importante pois, para muitos, a redução do emprego industrial seria uma conseqüência inexorável da modernização e do aumento de produtividade. Conforme estamos verificando, tal tendência pode ser compensada, desde que haja crescimento econômico.

A segunda questão refere-se às perspectivas sobre a qualidade do emprego industrial. Se por um lado, o quadro atual é de empregos majoritariamente mal remunerados, esta não precisa se tornar uma tendência daqui para a frente. Tudo vai depender do tipo de indústria que se pretende manter no país no futuro.

Se for dada continuidade ao movimento atual de descentralização industrial, baseada na busca por vantagens fiscais e menor custo da mão-de-obra, adequada à uma indústria cuja competitividade deriva do preço e não da qualidade do produto, a tendência inevitável é de aumento da participação dos empregos de pior nível, característicos dos *grupos e* e *f* acima.

Se o país optar por uma indústria preocupada com o aumento do valor agregado e, portanto, da qualidade de seus produtos, as perspectivas serão

mais favoráveis para o surgimento de bons empregos. Neste caso, a integração com a economia internacional deveria estar associada ao desenvolvimento de uma indústria também integrada internamente. Caso contrário, o país corre o sério risco de se especializar na produção de *commodities* típicas dos setores tradicionais da indústria, sendo incapaz de gerar empregos típicos dos *grupos a* e *b*.

De qualquer forma, não se deve procurar milagres na possibilidade de geração de empregos na indústria. A busca por um maior nível de competitividade associada à abertura da economia implica na continuidade do processo de modernização do parque industrial, e conseqüente aumento da produtividade do trabalho na indústria. A menos que o crescimento econômico seja sustentado e duradouro, as perspectivas de crescimento de emprego na indústria são limitadas. A qualidade de tais empregos, entretanto, vai depender crucialmente do tipo de indústria que permanecer no país no futuro.

A pior alternativa seria a especialização em bens de pequeno valor agregado simultaneamente com o processo de *stop and go* das duas últimas décadas. Neste caso, além de falta de empregos, aqueles que sobrassem seriam inevitavelmente de baixa qualidade em termos de qualificação requerida e de remuneração oferecida.

Para a viabilização da alternativa mais favorável ao país, além do crescimento econômico, seria necessário enfrentar a questão da qualificação profissional da mão-de-obra. A experiência atual mostra que, além de pouco escolarizada, grande parte da mão-de-obra industrial apresenta baixo nível de qualificação profissional. Pesquisas desenvolvidas recentemente apontam para a formação majoritária do pessoal da indústria no próprio processo de trabalho (*on the job*)[24]. Portanto, a questão da

[24] Ver BNDES/CNI/SEBRAE (1996), op. cit..

formação profissional teria que ser enfrentada de forma séria, com participação do governo, do empresariado e da sociedade civil em geral[25].

Por outro lado, é necessário recuperar a capacidade de investimento do país, que passa ao largo da simples venda dos ativos nacionais ao capital estrangeiro. Com a melhoria das contas públicas, o governo deve retomar sua capacidade de investimento ao lado do capital privado nacional e estrangeiro. A volta do espírito desenvolvimentista seria muito favorável ao fortalecimento da indústria brasileira. Neste caso, entretanto, o desenvolvimentismo não mais ocorreria associado ao fechamento das fronteiras para a proteção da indústria nascente, mas para sua integração, tanto internamente quanto com o exterior.

A mudança patrimonial da indústria atualmente instalada no país e o conseqüente aumento na propensão de substituição de insumos nacionais por importados, verificados nos últimos anos, não devem ser aceitos como fenômenos inexoráveis. Tais condições podem e devem ser negociadas, de modo a não prejudicar ainda mais o emprego industrial no futuro.

5. Conclusão

A análise desenvolvida neste artigo mostrou as dificuldades enfrentadas pelo emprego industrial no Brasil nos últimos anos. Junto com a redução do volume de empregos, foram discutidas as mudanças em termos de ocupação, escolaridade e rendimento.

O aumento da escolaridade da mão-de-obra foi identificado como um fenômeno mais ligado a aspectos de oferta do que de demanda. Os

[25] O SENAI poderia ter um papel importante neste processo. As avaliações realizadas sobre os Programas Estaduais de Qualificação (PEQs), que funcionam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), deixam sérias dúvidas sobre sua eficácia.

empregos resultantes do processo de enxugamento ao longo da década de noventa mostraram-se, em grande parte, de má qualidade, exigindo baixo nível de qualificação e pagando baixos salários. Apenas uma pequena parcela pode ser considerada como empregos de alta qualificação. Em outras palavras, a modernização e o aumento da produtividade ocorridos nos últimos anos não acarretaram a melhoria dos empregos industriais. Por outro lado, o crescimento do nível de renda verificado até 1997, foi praticamente perdido no final da década.

A realidade não poderia ser outra, na medida em que a indústria brasileira está envolvida em uma verdadeira guerra fiscal entre as unidades da federação, deslocando-se para as regiões que ofereçam o maior número de vantagens e isenções e onde possam ser encontrados trabalhadores que aceitem se submeter a relações de trabalho precárias e salários poucos superiores ao valor do salário mínimo.

Este tipo de comportamento é compatível com uma indústria especializada em bens de pequeno valor agregado, cuja competitividade está baseada na oferta de produtos tradicionais com custos reduzidos e preços baixos. Neste caso, os empregos eventualmente criados continuarão a exigir mão-de-obra com nível de qualificação relativamente baixo, pagando pequenos salários.

O país, entretanto, poderia buscar uma alternativa mais favorável, onde a modernização e o crescimento da produtividade estivessem voltados para setores cuja competitividade fosse obtida com produtos de maior valor agregado, resultando em empregos de melhor qualidade. É claro que esta segunda alternativa passa pela definição de uma política industrial, onde fossem definidos os setores prioritários e as condições de negociação com o capital estrangeiro para sua instalação no país.

Se até o passado recente, a abertura indiscriminada da economia e a aceleração do processo de privatização ainda podiam ser defendidas, sob o argumento de que o país necessitava desesperadamente de recursos externos para financiar sua conta-corrente deficitária, as condições atuais tornaram-se mais favoráveis, abrindo espaço para o planejamento a médio e longo prazo.

Finalmente, a experiência do ano 2000 deixou clara, mais uma vez, a importância do crescimento econômico. A primeira condição para a geração de novos empregos na indústria é, indiscutivelmente, deixar a economia crescer. A quantidade e qualidade dos novos empregos vão depender da combinação entre a taxa de crescimento da economia e o tipo de indústria em que o país se especializará no futuro.

Referências Bibliográficas

ÁRIAS, A. R., **A Evolução do Emprego Celetista (CLT) na Década, à Luz de Estimativas Compatibilizadas entre a PNAD, a RAIS e o CAGED: Uma Proposta Metodológica,** *mimeo*, abril de 1998.

BNB/SEBRAE, **Qualidade e Produtividade na Indústria Nordestina**, Fortaleza, 1997.

BNDES/CNI/SEBRAE, **Qualidade e Produtividade na Indústria Brasileira**, Rio de Janeiro, 1996.

BONELLI, R., Emprego Industrial e Produtividade: Novos Resultados, Velha Controvérsia**, Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, ano 4, n. 11, IPEA/MTE, Rio de Janeiro, outubro de 1999.

FEIJÓ, C. A., CARVALHO, P. G. M., Sete Teses Equivocadas sobre o Aumento da produtividade Industrial nos anos Recentes, **Boletim de Conjuntura**, v. 14, n. 2, IE/UFRJ, julho de 1994.

MTE, **Registros Administrativos, RAIS e CAGED**, Brasília, abril de 1999.

SABOIA, J., Modernização e Redução do Tamanho dos Estabelecimentos da Indústria de Transformação no Passado Recente, **Econômica**, v. 1, n. 1, junho de 1999a.

_____. Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos Noventa – Um Enfoque Regional, **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, Belém, dezembro de 1999b.

SALM, C., SABOIA, J. E CARVALHO, P. G. M., Produtividade na Indústria Brasileira: Questões Metodológicas e Novas Evidências Empíricas**, Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.27, n. 2, agosto de 1997.